

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2014

ATA Nº 02

Aprovado por
Majoria com 1
absência do
deputado Paulo Oliveira
Sessão de 27/06/14
A Mesa

JMB

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Alcácer do Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária, António dos Mártires Balona, Presidente da Assembleia Municipal, Baltasar Flávio da Silva, Primeiro Secretário da Mesa, Maria de Fátima Martins dos Santos Leite, Segundo Secretário da Mesa e os Membros, Duarte Manuel Lynce de Faria, Manuel Fernando Silva da Rocha, Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Luís Miguel Visinho Nunes, Nuno Miguel Adelaide Rodrigues Dias, Maria Helena Murcho Guerreiro, Luzia Maria Carvalho Maurício, Serafim António Martins Inocência, Vítor Manuel Elias Rosa, Ana Isabel Bernardo Semião, Sara Patrícia Guerreiro Jacinto, Leonardo Jacinto, Carlos Alberto Santana Baião, Marco Paulo Duarte Jeremias (em regime de substituição), Jerónimo Jacinto de Almeida, José Carlos Nascimento dos Reis, Maria do Rosário Faustino Tomás, Arlindo José Paulino de Passos, Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana, Virgílio Manuel da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Paulo Oliveira (em regime de substituição) da Presidente da Junta de Freguesia da Comporta e Albino António Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Compareceram, também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, e os Vereadores Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus e Luísa Maria Pestana Ferreira.

Verificou-se a ausência dos deputados Leónia de Jesus Pinto Bárbara Gomes, Maria Antónia Foito Crespo e Maria José Coelho Martins, tendo os mesmos apresentado justificações, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

Pelas vinte e uma horas e cinco minutos, verificou-se a existência de quórum, pelo que o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA _____

O Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes e solicitou ao segundo secretário que procedesse à leitura do resumo da correspondência.

1. EXPEDIENTE:

O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência, recebida no período de 28-02-2014 a 28-04-2014, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

2. ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 28-02-2014.

O Presidente da Assembleia, justificou que, em face do volume de trabalho dos serviços de apoio, não foi possível apresentar, para apreciação, a ata nº 1 da reunião anterior.

O Deputado Duarte Lynce de Faria referiu que relativamente às atas nunca colocou em causa o trabalho dos funcionários, acrescentando que na presença do executivo qualquer dúvida que houvesse o mesmo poderia esclarecer.

O Presidente da Assembleia, informou ainda que o Presidente da Câmara tinha comunicado aos serviços do município para que fosse elaborada uma informação sobre as atividades realizadas entre assembleias.

Foram presentes à Mesa da Assembleia Municipal 6 (seis) Moções.

O deputado Duarte Lynce de Faria sugeriu que, como a Moção "A" da CDU e a "D" do PS, são idênticas em termo de conteúdo, deveriam ser apreciadas em conjunto.

O Presidente da Assembleia Municipal concordou com a sugestão e referiu que essa metodologia já tinha sido seguida na última reunião da Assembleia Municipal.

A moção "B" – (*Exigência de Obras de Beneficiação do IC 1/ N 120*), apresentada pelos Deputados da CDU, foi lida pelo deputado Manuel Rocha.

Intervenções:

O deputado Duarte Lynce de Faria referiu que nos mandatos anteriores, apresentaram na Assembleia Municipal, uma moção semelhante e que esta questão manifesta uma posição bastante pertinente deste órgão.

O Presidente da Assembleia disse ser bastante pertinente a aprovação desta moção, porque é vergonhoso que as obras começadas há anos, no troço rodoviário entre Setúbal e Grândola, tivessem sido interrompidas na zona de Palma. Referiu ainda que, a EN 120, entre Alcácer do Sal e Grândola, encontra-se num estado lamentável e que devido a essa situação acontecem inúmeros

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

acidentes. Acrescentou, que os órgãos municipais e as populações não deveriam ficar só pelas aprovações de moções e deviam tomar iniciativas que chamassem a atenção da opinião pública para que, o mais rapidamente possível, fossem efetuadas as, há muito necessárias e imprescindíveis, obras de reparação e beneficiação deste troço rodoviário.

O Presidente da Assembleia colocou a moção a votação.

Deliberação: A moção foi aprovada, por unanimidade.

A moção “B”, que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

Seguidamente, foram apresentadas as moções “A” e “D”, para apreciação e votação conjunta.

A moção “A” - *(Comemorações do 1º de Maio)*, apresentada pelos Deputados da CDU, foi lida pelo deputado Nuno Dias e a moção “D” – *(Pela Liberdade, Pela Democracia, Pelo 25 de Abril e Pelo 1.º de Maio)*, apresentada pelos deputados do PS, foi lida pela deputada Maria Guerreiro.

O Presidente da Assembleia colocou as duas moções a discussão.

Intervenções:

O deputado Nuno Dias referiu que, os deputados da CDU vão votar favoravelmente a moção apresentada pelos deputados do PS que, em alguns aspetos vai de encontro à moção apresentada pelos deputados da CDU.

O deputado Duarte Lynce de Faria referiu que, há uma complementaridade de pontos de vista nas duas moções, que tornam os aspetos focados mais ricos e amplos. Em relação à moção apresentada, pelos deputados da CDU, disse que os deputados do PS também se identificam com o seu espírito. Acrescentou que, os direitos dos trabalhadores são uma questão muito importante devido às políticas do atual governo e que é a altura de lutar pela igualdade de oportunidades, pelas pessoas que estão desempregadas, pelas reformas e pensões e pelos apoios à terceira idade.

O Presidente da Assembleia disse estar satisfeito por haver convergência em relação a estes problemas. Acrescentou que na sua opinião, vai haver mais desemprego, mais perdas de direitos e por isso tudo, a luta dos trabalhadores é indispensável para alterar esta situação.

O Presidente da Assembleia colocou as duas moções a votação.

Deliberação: As duas moções foram aprovadas, por unanimidade.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

As moções “A” e “D”, que aqui se dão como transcritas e reproduzidas, ficam em pasta anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

A moção “C” – *(Pela Reposição das Freguesias)*, apresentada pelos deputados da CDU, foi lida pelo presidente da União de Freguesias de Alcácer do Sal, Arlindo José Passos.

O Presidente da Assembleia colocou a moção a discussão.

Intervenções:

O deputado Duarte Lynce de Faria referiu que sempre que vem uma moção com este conteúdo, vem reforçar aquilo que foi o entendimento deste órgão, há dois mandatos e sobretudo no último mandato. Acrescentou, que na moção é referido uma questão muito importante, a Regionalização, que tinha em vista uma descentralização do estado para entidades supramunicipais e o que agora se está a verificar, é exatamente o inverso, com o atual governo a obrigar determinadas regiões e municípios a agregarem-se de uma forma legal. Mas, parece-lhe que há determinadas situações em que isso funciona, mas noutras não, ou seja, a associação dentro de determinados parâmetros deveria ser voluntária dentro de determinadas regiões. Referiu que não se pode tratar da mesma maneira as freguesias no ambiente urbano, como as freguesias no meio rural e que ainda está por provar que se poupou alguma coisa com a agregação de freguesias, mas sabe que a qualidade do serviço piorou muito. Disse que, o concelho de Alcácer do Sal passou a ter uma “Super Freguesia” mas, essa grandiosidade de espaço não veio alterar a perspetiva do poder local, nem veio trazer mais alguma vantagem do ponto de vista do orçamento de Estado. Referiu ainda que, se não se continuar a defender a devolução das freguesias, a seguir vem os municípios, as repartições de finanças, os tribunais, etc.

Disse que a deputada do Grupo Parlamentar do PCP, Paula Santos, apresentou 31 projetos para reposição das freguesias extintas e questionou o porquê de nessa lista não constar nenhuma das freguesias de Alcácer do Sal. E que gostaria de ver nessa proposta refletida a questão da União de Freguesias de Alcácer do Sal.

O Presidente da Assembleia mostrou-se satisfeito com a apresentação desta moção, que prova a coerência da CDU e disse que vão fazer tudo para que a reposição das freguesias seja uma realidade. Acrescentou que os impactos deste atentado, feito ao poder local, ainda não são possíveis de avaliar, mas as populações já o estão a sentir. Em relação à promessa do governo de que haveria majoração das transferências das verbas, referiu que aconteceu precisamente o contrário.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

O Presidente da União de Freguesias de Alcácer do Sal, Arlindo José Passos, referiu que com a junção das três freguesias, levaram um corte de seis mil e poucos euros. Informou que na proposta apresentada pelo PCP, não consta a União de Freguesias de Alcácer do Sal porque ao contrário das juntas de Santa Maria do Castelo e de Santa Susana que, apresentaram uma providência cautelar e têm o seu historial feito, a Junta de Santiago, apesar de ter apresentado a providência cautelar ainda não tem o seu historial feito.

O Presidente da Assembleia colocou a moção a votação.

Deliberação: A moção foi aprovada, por unanimidade.

A moção “C”, que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

A moção “E” – *(Em Defesa da Escola Pública)*, apresentada pelos deputados do PS, foi lida pela deputada Ana Semião.

O Presidente da Assembleia colocou a moção a discussão.

Intervenções:

O deputado Manuel Rocha referiu que, os deputados da CDU, aprovam e revêem-se no abaixo-assinado da FENPROF, assim como na reprodução que o PS fez na moção, reforçando o que está escrito no último parágrafo mas, não se reveem no guião. Referiu ainda que, na qualidade de membro da Associação de Pais, defende uma escola pública de qualidade e não concordar com as políticas que o governo está a implementar.

O deputado Serafim Inocência disse que sempre foi defensor da escola pública e que a mesma deve ser para todos sem exceção. Acrescentou que nestes últimos três anos tem havido uma disseminação da escola pública.

O Presidente da Assembleia colocou a moção a votação.

Deliberação: A moção foi aprovada, por unanimidade.

A moção “E”, que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

A Moção “F” – *(Pela Defesa do Serviço Nacional de Saúde)*, apresentada pelos deputados do PS, foi lida pela deputada Sara Jacinto.

O Presidente da Assembleia colocou a moção a discussão.

Intervenções:

A deputada Luzia Carvalho informou que votarão favoravelmente a moção e referiu que, em seu entender, a situação de extrema gravidade que se vive no serviço nacional de saúde está bem retratada na mesma, uma política de destruição de todos os serviços públicos. Acrescentou que é importante denunciar publicamente esta situação, levar esta informação às populações e também juntar esforços numa luta ativa contra esta destruição total dos serviços públicos.

O deputado Nuno Dias referiu que todas estas moções apresentadas demonstram que o país está numa profunda crise económica e social, onde se pode fazer tudo. Acrescentou que é necessário uma política que trace uma clara rotura com a atual e que, os autarcas e as populações continuem a combater e denunciar estas medidas. Referiu ainda que nesta área, como em todas as outras, estão a ser feitos cortes cegos, sem qualquer objetividade e sem qualquer avaliação dos serviços que são prestados. Disse estar de acordo com o conteúdo da moção e que espera que o discurso e as posições das pessoas que estão na oposição, tanto a nível local como na administração central sejam mantidos futuramente.

O deputado Duarte Lynce de Faria referiu que nas várias vertentes que falaram, não quer a vertente assistencialista do Estado, seja na saúde, educação, segurança social ou reformas. Referiu, que para além dos partidos políticos estão as pessoas, que devem ter a frontalidade de perceber o que é importante e remarem juntos naquilo que é importante para mudarem o país.

O Presidente da Assembleia referiu que todos os dias se ouve dizer que o Serviço Nacional de Saúde é ótimo, comparativamente com outros países, mas não é isso que se verifica na realidade. Deu como exemplo, o SUB de Alcácer do Sal, que era suposto estar a funcionar 24 horas por dia, com dois médicos, dois enfermeiros e técnicos dos meios de diagnóstico, em permanência. Mas, por vezes está a funcionar só com um médico, um enfermeiro e nem sempre com todos os meios diagnósticos disponíveis. Referiu ainda que surgiram rumores de que poderá vir a fechar durante a noite.

Disse ainda que teve conhecimento das reuniões que o presidente da Câmara Municipal realizou com responsáveis na área da saúde e das posições que tem defendido. Apelou, para que se continue nessa linha e que todos se mostrem disponíveis para denunciar estas situações e demonstrar que não vão consentir que este SUB seja encerrado.

O Presidente da Assembleia colocou a moção a votação.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

Deliberação: A moção foi aprovada, por unanimidade.

A moção “F”, que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

O Presidente da Assembleia, em nome da Mesa, propôs que se fizesse um **minuto de silêncio**, pelo falecimento de Laurinda Paulino Chaves, mãe do Presidente da União de Freguesias de Alcácer do Sal, Arlindo José Passos e da Vice-presidente da Câmara, Ana Isabel Paulino Chaves, **manifestando solidariedade e pesar.**

Aceite a proposta por todos e feito o minuto de silêncio, o Presidente da Assembleia, deu continuidade aos trabalhos.

INTERPLAÇÃO DO EXECUTIVO

A deputada Luzia Carvalho questionou o Presidente da Câmara relativamente a decisões que foram tomadas na reunião que decorreu em Alcácer do Sal, do conselho diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Pediu ainda esclarecimentos sobre o Conselho de Inserção Territorial, que integra um conjunto de autarcas do país, solicitando ao Presidente da Câmara que se pronunciasse sobre o mesmo.

O Presidente da Junta de Freguesia do Torrão cumprimentou os presentes e pediu esclarecimentos ao Presidente da Câmara sobre o encontro que o mesmo teve com o Sr. Ministro da Saúde, relativamente às dívidas que o Ministério da Saúde tem para com os Bombeiros do Torrão.

O deputado Paulo Oliveira cumprimentou os presentes e mencionou que se iria realizar no dia quatro de maio uma prova de resistência na Freguesia da Comporta, questionando o Presidente da Câmara sobre a opinião que o mesmo tinha do evento.

O deputado Duarte Lynce de Faria mencionou a nova apresentação do Boletim Municipal, felicitou ainda o Presidente da Câmara pela realização em Alcácer do Sal da reunião do conselho diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Questionou qual a estratégia da mesma sobre a devolução das freguesias, o encerramento do tribunal e o fecho das repartições de finanças no Litoral Alentejano.

O deputado Serafim Inocência elogiou o esforço que este executivo fez para adquirir uma máquina digital para a projeção de cinema. O mesmo questionou se iria haver alguma diferença no valor dos bilhetes de cinema relativamente ao público mais jovem e ao mais idoso.

O deputado Nuno Dias felicitou o executivo pelas várias iniciativas que decorreram, nomeadamente, a Volta ao Alentejo, entre outras. Referiu ainda a intenção de os produtores de arroz do Vale do Sado, avançarem para a certificação do mesmo, referenciando outros produtos, nomeadamente, o pinhão.

Questionou o Presidente da Câmara relativamente ao encerramento do tribunal de Alcácer do Sal, e se havia alguma evolução relativamente a esse processo.

O deputado Virgílio Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, elogiou e agradeceu ao executivo, a iniciativa que tinha decorrido no Torrão, de limpeza urbana, arranjos de caminhos, colocação de alcatrão, etc., salientando ainda, a união criada entre os trabalhadores. Questionou se esta iniciativa se iria estender a outras freguesias do concelho.

O Presidente da Câmara em resposta às interpelações, informou que o conselho diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tinha deliberado, por unanimidade, reunir em Alcácer do Sal, salientando que nesta reunião tinham sido discutidas várias questões, entre elas o PAEL, uma linha de financiamento a que vários municípios recorreram. Acrescentou, que os municípios de Alcácer do Sal e de Santiago do Cacém não recorreram a esta linha de financiamento, tendo referido que esta linha de financiamento tinha a ver com a verba que tinha sido retirada aos municípios.

Relativamente ao Conselho de Concertação Territorial, informou que o mesmo tinha reunido pela primeira vez no dia anterior, onde tinham estado presentes o Sr. Primeiro-ministro e outros Ministros, o Presidente do Governo Regional da Madeira, representantes das Juntas Metropolitanas de Lisboa e Porto, o presidente da Associação Nacional de Municípios, a ANAFRE e dois representantes das Comunidades Intermunicipais, estando ele como representante da **CIMAL**, e o presidente da **CIM Alto Minho**, tendo discutido os fundos comunitários - Portugal 2020 e Programa Aproximar, - que basicamente irá ser a concentração de vários serviços em pontos de atendimento, o que originará o culminar do encerramento de vários serviços.

Quanto ao encerramento das finanças, referiu que tinha solicitado uma audiência ao Sr. Secretário de Estado, Paulo Nuncio. Disse ainda que o Sr. Primeiro-ministro tinha informado que não iria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

haver encerramento de repartições de finanças, mas o que ficou por dizer, foi que irá haver tipo um Balcão Único e o mesmo é que irá resolver todos os problemas.

O Presidente da Câmara salientou ainda que no Conselho de Concertação Territorial, deu o exemplo da NUT III do Litoral Alentejano, que era a mais produtiva e competitiva do país, e questionou como é que uma sub-região que dava tanta riqueza a este país, poderia ser prejudicada.

Informou que tinha sido recebido pelo Sr. Ministro da Saúde, que estava acompanhado por dois Secretários de Estado e que lhes tinha transmitido o valor das dívidas que o Ministério da Saúde tinha para com as duas Associações de Bombeiros de Alcácer do Sal. Em relação à Associação de Bombeiros Mistos de Alcácer do Sal sabia que já tinham tido resultados, relativamente à Associação de Bombeiros Mistos do Torrão não tinha conhecimento.

Mencionou a iniciativa Wings for Life World Run que era uma ação a nível mundial, e sublinhou o facto de Alcácer do Sal estar presente, que o município estava fortemente envolvido neste processo e iriam participar no evento, dez expositores do concelho.

O Presidente da Câmara, transmitiu que tinha integrado uma delegação da ANMP, que foi recebida pela Primeira Comissão Parlamentar dos Assuntos Constitucionais de Liberdade e Garantias da Assembleia da República onde apresentaram a versão contra o Encerramento dos Tribunais e contra as Secções de Proximidade. Mais informou, que estiveram presentes todos os Grupos Parlamentares e pensava que a iniciativa tinha tido algum impacto, mas a posição do governo iria manter-se.

Sublinhou a comemoração do Dia Mundial da Floresta, e o encontro dos Produtores de Arroz, em que esteve presente O Dr. Nuno Brito, tendo-lhe pedido para se criar o Centro de Competências do Arroz em Alcácer do Sal, e ao Secretário das Florestas solicitou que fosse criado o Centro de Competências do Pinheiro Bravo na Mata de Valverde, salientando que o município está disponível para a sua criação.

O Presidente da Câmara salientou ainda a Iniciativa do Pinhão, onde foi apresentado a DOP-Pinhão de Alcácer do Sal.

A Vereadora Ana Luísa Soares, informou que tinha sido prioritário fazer uma intervenção, em grande escala, na Freguesia do Torrão, pelo facto de não estar tão próxima, como as outras freguesias, da sede do concelho. Agregou-se todas as atividades num dia para uma otimização dos recursos, e tinha subjacente a componente do trabalho de equipa e o fomentar do espírito de equipa entre os trabalhadores.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

Relativamente à continuidade, a Sra. Vereadora informou que estavam a avaliar a situação e na altura devida, informaria se iriam haver outras intervenções.

O Presidente da Câmara explicou que com a nova máquina de projetar cinema, a população tinha vantagens, uma vez que não precisava sair de Alcácer do Sal para ver cinema de qualidade. Referiu que no Verão os filmes irão passar mais tarde. Relativamente ao valor dos bilhetes, informou que não havia diferenciação, uma vez que o preço já era simbólico.

ORDEM DE TRABALHOS

3 - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO Art.º 25 DA LEI Nº 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO.

O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para se pronunciar sobre o assunto em título.

O Presidente da Câmara, cumprimentou os presentes e informou que era sua pretensão trazer à Assembleia, uma informação relativa à atividade e situação financeira da Câmara, o mais detalhada possível, que está a ser preparada pelos respetivos serviços.

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

a) Análise e votação da proposta referente às despesas de representação do pessoal dirigente Chefe da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos.

A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

O Presidente da Assembleia não havendo intervenções, colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada, por maioria com 8 abstenções dos deputados do PS.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

b) Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento concursal para provimento no cargo de direção intermédia de 2º grau, Chefe de Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos.

A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

O Presidente da Assembleia não havendo intervenções, colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada, por maioria com 8 abstenções dos deputados do PS.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

**c) Análise e votação da proposta referente às despesas de representação do pessoal dirigente -
Chefe da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira.**

A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

O Presidente da Assembleia não havendo intervenções, colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada, por maioria com 8 abstenções dos deputados do PS.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

**d) Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento concursal para provimento no
cargo de direção intermédia de 2º grau, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa e Financeira.**

A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

O Presidente da Assembleia não havendo intervenções, colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada, por maioria com 8 abstenções dos deputados do PS.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

**e) Análise e votação da proposta referente à nomeação como Auditor Externo a Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas "Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda.".**

A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

O Presidente da Assembleia, não havendo intervenções, colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada, por maioria com 8 abstenções dos deputados do PS.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

f) Análise e votação da proposta referente à Carta Educativa 2013-2017.

A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

Intervenções:

O deputado Serafim Inocêncio referiu que, em 2007, fez parte do grupo de trabalho que elaborou a Carta Educativa, que por ser um documento estratégico, político e educativo para o concelho, foi o mais abrangente possível e foi feita uma análise clara e precisa em termos educativos do concelho. Referiu ainda que está claro na legislação, que o Conselho Municipal de Educação tem que participar na revisão da Carta Educativa. Questionou qual foi o papel do Conselho Municipal de Educação na definição da metodologia nesta revisão, se está constituído e se já emitiu parecer.

Referiu ainda que a proposta não pode ser feita de forma empírica e que há questões que devem estar definidas, nomeadamente, quantos alunos há do pré-escolar em 2013, a perspetiva de evolução até 2017 e devem ser claros e precisos na avaliação, fazendo um diagnóstico a longo prazo. Disse que a taxa de analfabetismo do concelho, que é 13,7%, deveria estar plasmada no documento, assim como a qualificação das pessoas do concelho em termos médios. Em relação às ofertas educativas, disse que o município não tem culpa das lacunas existentes, porque as mesmas são decretadas pelo ministério e levam ao insucesso e abandono escolar, situação que está plasmada neste documento. Referiu ainda que este é o último ano dos cursos do CEF e que a Carta Educativa fala nos cursos CEF e PIEF, mas não fala nos cursos vocacionais que os vão substituir.

Referiu não concordar quando é dito no documento que uma das causas para a percentagem de aprovação no ensino secundário ter vindo a diminuir é a falta de empenho e motivação dos professores, o que não corresponde à verdade, porque os mesmos estão empenhados. Existe desmotivação e descrença não perante os alunos, mas sim perante o que é imposto pelo ministério.

Questionou se quem elaborou esta carta educativa, não se lembrou de criar uma associação de pais de crianças com deficiência, para fazer parte dessa comissão.

Em relação à CERCIGRÂNDOLA, questionou se nunca pensaram criar atividades ocupacionais, fazer uma residência autónoma ou criar um polo.

Sobre a rede educativa, perguntou quais são as escolas que vão encerrar, porque está escrito no documento que a EB2-3 Pedro Nunes, vai receber os alunos das escolas que vão encerrar.

Vem referido no documento que a freguesia do Torrão tem perdido gradualmente população jovem escolar, pelo que questionou sobre o que pensam fazer em relação ao 2º e 3º ciclo, porque os alunos do Torrão já não vêm para Alcácer para o secundário, mas sim para Viana do Alentejo.

Concluiu que esta proposta de revisão tem alguns erros de conteúdo e que a aprovação da carta educativa não está em causa, o que está em causa é o documento em si, que é um documento estratégico da política educativa.

O deputado Manuel Rocha referiu que é um defensor da escola pública, das crianças, dos professores e de um melhor ensino. Acrescentou que, para a elaboração desta revisão, lhes foi proposto que respondessem urgentemente a um pedido de financiamento para o centro escolar do Morgadinho. Acrescentou que na última reunião da Assembleia Municipal congratulou o executivo por ter garantido a verba para o financiamento, num curto espaço de tempo. Referiu ainda que todos sabem que para fazer esta revisão existem trâmites legais a seguir, como o Conselho Municipal de Educação e outros requisitos. Informou que se adaptou a Carta Educativa, a uma realidade que não é perfeita, onde falta muitas coisas que pretendem melhorar e para tal recolheram todos os contributos já fornecidos, assim como, vão aproveitar os contributos dados pelo deputado Serafim Inocêncio. Disse ainda que o grupo de trabalho deu o seu melhor na elaboração do documento, que está em aberto e no qual se pode começar a trabalhar numa nova proposta de revisão. Lançou o desafio de se constituir, numa próxima assembleia, um grupo para trabalhar na educação no concelho.

O deputado Duarte Lynce de Faria referiu que, a não participação do Conselho Municipal de Educação, não se trata de uma questão meramente política.

Disse que, as vereadoras do PS, tiveram em reunião de Câmara um papel fundamental na melhoria deste documento, que com as suas propostas minoraram algumas das insuficiências do ponto de vista do conteúdo, nomeadamente, em relação à caracterização da escola secundária e às escolas de Palma e Casebres. Referiu ainda que, o documento, para ter algum rigor e para que não possa ser adulterado deveria de vir em pdf e não em word. Não percebeu porque não estava na proposta que foi a reunião de Câmara o inquérito da escola secundária de Alcácer do Sal. Referiu, que o documento que lhe foi transmitido no CD, não só vem, em word, como o deputado Manuel Rocha é o originador.

Disse não tirar mérito ao grupo de trabalho que foi estabelecido, mas na sua opinião, o grupo deveria ter sido mais abrangente. Questionou o porquê do presidente da Associação de Pais do Torrão não ter sido consultado, porque poderia não pertencer ao grupo de trabalho, mas deveria ter sido consultado.

Concorda que este documento não está fechado, mas tem que ser coerente.

Referiu perceber a urgência pela aprovação do documento, devido ao financiamento para a escola do Morgadinho mas, quando se faz uma revisão, que em termos legais pode ser de 5 em 5 anos ou quando os parâmetros forem alterados. Acrescentou que não foi atualizada anteriormente por receio que o governo aproveitasse a situação, para encerrar as escolas de Casebres e Palma.

Informou, que para elaborarem a Carta Educativa, realizaram três Conselhos Municipais de Educação, fizeram vários levantamentos, foi feita com tempo, fizeram uma auscultação mais ampla e tinham um plano estratégico a montante, que dava um enquadramento ao que se pretendia pelo que conseguiram a construção da Escola Secundária e dos Centros Escolares do Torrão e da Comporta. Disse esperar que a escola do Morgadinho seja uma realidade, mas pensa que o desenvolvimento da Carta Educativa, não deve ficar preso apenas e exclusivamente, à escola do Morgadinho.

A deputada Luzia Carvalho, disse que as questões técnicas colocadas pelo deputado Serafim são pertinentes e serão alvo de atenção e tratamento no projeto da carta educativa, que se tem conseguido, nesta assembleia, por diversas vezes encontrar várias plataformas de consenso quando está em causa a defesa do interesse superior do concelho e do município, que lhe parece ser o caso. Acha que não é uma questão de somenos importância o Conselho Municipal de Educação não ter reunido, nem ter dado o seu parecer.

Recomendou à Câmara Municipal que promova a reunião e a constituição do Conselho Municipal de Educação o mais rápido possível.

Disse que o documento não é perfeito em termos técnicos e que a questão enumerada pelo deputado Duarte Lynce da Faria, será considerada.

Acrescentou que é importante, neste momento, aproveitar a disponibilidade da CCDRA de aguardar a entrega deste documento mais algum tempo, até ser aprovado e não por em causa o financiamento para o centro Pré-Escolar do Morgadinho e que é nesse sentido que a assembleia deverá debruçar-se sobre a posição a tomar sobre este documento. Para não se perder este financiamento, tiveram que avançar com este documento, que não está perfeito, mas pode ser alterado, porque não está fechado.

O deputado Manuel Rocha referiu que o facto de estar o seu nome no CD, não quer dizer que é o autor integral do documento.

Disse que não se pretende encerrar escolas, mas sim manter as que estão em funcionamento, mas o que se pretende, é que seja assegurada uma verba para garantir obras no futuro.

Quanto à questão do alargamento da discussão e ao facto de não ter sido consultada a Associação de Pais do Torrão, informou que a Câmara convidou, por mail, as direções do Agrupamento de Escolas do Torrão e do Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal, para integrarem o grupo de trabalho e indicar um representante da Associação de Pais, tendo o agrupamento indicado o seu nome, como representante da Associação de Pais de Alcácer do Sal.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

Informou, que foi pedido à Associação de Pais do Torrão, o seu contributo para o documento.

ERAM APROXIMADAMENTE 24 HORAS, O SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, DE ACORDO COM O Nº 3 DO ART. 13 DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA, COLOCOU À VOTAÇÃO DO PLENÁRIO O PROSSEGUIMENTO DOS TRABALHOS PARA ALEM DAS 24 HORAS.

APROVADO, POR UNANIMIDADE, PROSSEGUIR COM OS TRABALHOS.

O deputado Serafim Inocêncio, relativamente à constituição do grupo de trabalho, disse conhecer bem o grupo, sabe que as pessoas têm qualidade para trabalhar e fizeram o que pensaram que era o melhor trabalho possível.

Questionou, se as juntas de freguesia estiveram representadas no grupo de trabalho, porque pela lei, têm que estar representadas no Conselho Municipal de Educação.

Acrescentou que o documento devia ser estruturante e ter uma base muito sólida, para que o documento reportasse tudo aquilo que é o nosso concelho.

O deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que dia 23 de março a Associação de Pais do Torrão, enviou um mail à vereadora Ana Chaves, a pedir esclarecimentos sobre a elaboração da carta educativa, do qual não obteve resposta e que no dia 9 de abril, o mail foi novamente reencaminhado no sentido de obter uma resposta.

Disse que tendo a Carta Educativa a mesma caracterização de um PDM, qualquer vício de forma que não seja cumprido, é suficiente para que o governo não homologue. Referiu que a bancada do PS está a dar contributos, mas existe uma coisa que é insanável, que foi não ter a participação do Conselho Municipal de Educação e que não é possível, juridicamente, ultrapassar esta questão sem ouvir o Conselho Municipal de Educação e obter um parecer, para posteriormente e imediatamente a seguir esta assembleia tomar uma posição. Acrescentou, que foi por essa razão, que as vereadoras do PS na Câmara votaram favoravelmente este documento, no pressuposto que poderia haver ainda a participação do Conselho Municipal de Educação, antes do documento ser apreciado na Assembleia Municipal.

Referiu ainda que, apesar da posição assumida pela CDU na última Carta Educativa, em que votou contra porque se sentiu excluída da participação, agora, gostariam que de estar unidos, porque é completamente diferente ter uma revisão de uma Carta Educativa aprovada, por unanimidade, ou aprovado, por maioria, porque isso significa que todos estão de forma e substância, com as divergências que poderão ter, mas com capacidade de as ultrapassar, pelo futuro de Alcácer do Sal.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

O deputado Manuel Rocha, disse que os serviços jurídicos da Câmara irão resolver esta questão em bom termo. Acrescentou, que o cronograma de uma Carta Educativa, em média, demora nove meses e que quando se olha para este cronograma, se tem que pensar nas questões legais, mas também se tem que pensar, que é uma infraestrutura que vai enriquecer e é necessária para Alcácer do Sal.

O deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que no seu entender, este ponto deveria ser retirado da ordem de trabalhos, para se consultar o Conselho Municipal de Educação, obter o parecer e realizar uma assembleia extraordinária para aprovar o documento. Acrescentou que se o documento for viciado, vai ter problemas complicados, do ponto de vista formal.

O Presidente da Câmara, disse que a alteração da Carta Educativa deveu-se apenas e somente a uma necessidade, que foi adaptar a Carta Educativa ao Centro de Educação Pré-escolar de Alcácer do Sal, sito no Morgadinho, por pedido do INALENTEJO.

Para poder haver consenso nesta matéria, o presidente da Câmara propôs ao presidente da Assembleia que se tome conhecimento desta proposta. O que vai dar margem, para se ver o assunto com a autoridade de gestão do INALENTEJO, relativamente à celeridade do processo, para se ganhar alguma folga que permita trabalhar, de uma forma mais alargada, com o Conselho Municipal de Educação e com as várias entidades que o integram e se poderem apreciar e considerar os contributos que aqui foram dados. Acrescentou, que não há Carta Educativa que resista, quando os municípios cheios de boa vontade, desenvolvem um trabalho e depois há políticas educativas que contrariam e não respeitam as Cartas Educativas. Muitas vezes, há um esforço brutal para as comunidades e os órgãos municipais se envolverem nas Cartas Educativas e depois nada disso serve e não é respeitado, quando se fecham escolas que não estão previstas encerrar quando se alteram políticas em relação a um conjunto de situações. Referiu que advoga e defende que a Assembleia delibere, tomar conhecimento, para não agravar os problemas do ponto de vista do financiamento, porque relativamente a esta matéria, é evidente que o INALENTEJO e a União Europeia não vão visar um financiamento, em que na Carta Educativa, está uma coisa diferente do que se está a propor e se vai fazer.

O deputado Duarte Lynce de Faria referiu, que quando sugeriu retirar a proposta, foi no sentido de não deliberar a mesma.

O Presidente da Assembleia, disse que a discussão foi rica e importante sobre os aspetos técnicos e sugestões para este instrumento importante, que é a Carta Educativa. Referiu, que considerando a intervenção do presidente da Câmara e dos deputados, a Assembleia não ia deliberar esta proposta, mas sim tomar conhecimento. Para que, a Câmara, de acordo com a recomendação feita, possa providenciar a reunião do Conselho Municipal de Educação e intervir junto do INALENTEJO, de modo a que seja alargado o prazo.

O Presidente da Câmara solicitou ao Presidente da Assembleia que, a Dr.^a Manuela Mesuras, Técnica do Setor de Educação, pudesse intervir sobre esta questão.

O Presidente da Assembleia, considerando as responsabilidades que a Dr.^a Manuela Mesuras tem nesta área, deu-lhe a palavra.

A Dr.^a Manuela Mesuras, disse que o grupo de trabalho não teve muito tempo para preparar uma informação com mais qualidade mas, mesmo assim os contributos chegaram e refletiram sobre as propostas apresentadas. Relativamente à questão sobre a CERCIGRÂNDOLA, referiu que não vem mencionado o número de alunos, porque esse dado não lhes foi apresentado pela instituição, no contato que fizeram. Acrescentou, que se tivessem mais tempo tinham conseguido fazer uma reflexão diferente e informou que na anterior Carta Educativa esteve uma técnica a trabalhar a tempo inteiro no documento, que não pertencia à Câmara.

Referiu ser necessário corrigir algumas coisas na Carta Educativa e que é importante ter o parecer do Conselho Municipal de Educação.

Deliberação: Tomado Conhecimento.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

g) Análise e votação da proposta referente à Prestação de Contas de 2013.

A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

Intervenções:

O deputado Duarte Lynce de Faria, referiu uma expressão que tinha sido proferida há algum tempo atrás, que era a “gestão danosa”. Esclareceu que em termos do código penal, era crime, sendo punível com pena de prisão ou multa. Disse ainda, que quem utilizar esta expressão e a mesma

seja falsa, será considerado difamação, também punível com pena de prisão ou multa, que são extremamente graves e que não têm qualquer correspondência técnica perante os documentos apresentados para a prestação de contas.

Disse que o Presidente da Câmara deveria ter feito o mesmo que o Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, homenageando os seus antecessores.

Afirmou, que o preâmbulo não correspondia aos documentos apresentados, concluindo que o município tinha uma situação económica favorável e não tinha havido necessidade de recorrer ao PAEL, acrescentando ainda, que tinha havido uma melhoria a nível financeiro, em todos os aspetos.

O Presidente da Câmara pediu a palavra e referiu, que em qualquer autarquia, disponibilidade financeira, liquidez, nem sempre significava boa gestão. Um município com saldos orçamentais elevados, não significava que as disponibilidades dos recursos que têm, estavam a ser suficientemente utilizados, em prol do investimento e do município.

Deu o exemplo do município de Oeiras, como um dos municípios que durante anos, mais se endividava, tal como o de Almada, que também teve recurso a crédito bastante elevado e é tido como o município número um em todo o país, como aquele que tem melhor gestão. Saliu que na utilização de crédito tem de haver equilíbrios, pois é um mecanismo adicional de carácter financeiro, para servir a obra e o financiamento. Pensa que o crédito não é bem utilizado quando se recorre ao mesmo para operações de tesouraria, devendo ser sempre utilizado do ponto de vista de médio e longo prazo.

Acrescentou, que nenhum município do Litoral Alentejano teve tanta disponibilidade de impostos diretos como teve Alcácer do Sal, comparando os cinco municípios do Litoral Alentejano. Segundo os dados do Ministério das Finanças, o município de Alcácer do Sal, aumentou na parte do IMI cerca de 104%, enquanto a média do Litoral Alentejano era de 13%. Saliu ainda, que a média dos impostos diretos não tem comparação com os outros municípios, acrescentando que existe a componente estado, mas no ano de 2013, do ponto de vista de IMT, teve uma transferência muito significativa por parte da Herdade da Comporta, mas admitiu que tinha sido uma situação excecional, na realidade, do ponto de vista de impostos diretos atingiu quase 100%. Mencionou que esses recursos financeiros que o município teve, não foram aplicados de uma forma mais ampla para servir as pessoas e para reproduzir na economia local.

Relativamente à redução da dívida, que é uma redução drástica de 94%, conforme foi colocado na Declaração de Voto dos eleitos do PS na Câmara Municipal, acrescentou que, por mais contas que se faça, não se conseguia perceber essa redução.

O Presidente da Câmara acrescentou também, que tinham feito alterações de contratos, nomeadamente, a filtragem da internet em que houve uma redução de mil e quinhentos euros por ano, na parte do antivírus foi reduzido dois mil e quinhentos e oitenta euros, no licenciamento da Microsoft existia um contrato para duzentos e cinquenta licenças, renegociou-se e irá poupar-se dez mil euros por ano, no contrato com a Xerox a poupança traduziu-se em nove mil euros e com a PT também se renegociou, o que se traduziu numa poupança de onze mil e trezentos euros, salientando que os números falam por si.

O deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que houve uma gestão diferente, onde existiram erros, lapsos, mas não significa que tivesse havido uma gestão danosa, afirmando ainda, que a Câmara estava preparada para o futuro, estava a interagir, melhorando alguns processos.

O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada, por maioria com 8 abstenções dos Deputados do PS.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

Os deputados da CDU apresentaram uma declaração de voto que foi lida pela deputada Luzia Carvalho.

DECLARAÇÃO DE VOTO

“Os documentos referentes á prestação de contas de 2013, presentes a esta Assembleia, como é óbvio, mais não são do que o reflexo quantificado do ocorrido durante um determinado período de tempo de gestão.

Exemplificando isso realçamos duas ou três questões relevantes que necessariamente influenciaram de forma significativa, as contas apresentadas.

Em primeiro lugar e como é destacado pelos Revisores Oficiais de Contas, a gestão do anterior executivo, ao não prever as dotações adequadas para as despesas decorrentes do contrato que eles próprios celebraram com a empresa Águas Públicas do Alentejo, não possibilitou o registo contabilístico e muito menos o pagamento das faturas relativas aos últimos seis meses de 2013. Dos valores apurados pelos Revisores Oficiais de Contas, estão em causa cerca de 400 mil euros acrescidos dos encargos resultantes do atraso com que os pagamentos se estão e irão realizar.

Em segundo lugar, reportamo-nos igualmente á ênfase dos ROC, sobre a manutenção de situação de ilegalidade em que se encontra a EMSUAS. Esta situação de ilegalidade, como é sabido, vem de Agosto de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

2012, sem que o executivo anterior, ao longo de mais de 13 meses, decidisse, senão resolver, pelo menos equacionar uma forma de solução que reconduzisse o município a uma desejável situação de legalidade. Os custos financeiros desta decisão ou da ausência dela, e conforme os auditores externos, não são fáceis de quantificar, Não vale a pena tentar iludir a realidade. Estamos certos que só de custos diretos, estamos a falar de centenas de milhares de euros, particularmente dos custos decorrentes das indemnizações a pagar e que vão ser refletidos nas contas de 2014.

Em terceiro lugar referimos o programa RUAS. Este programa deveria ter terminado, pelo menos em termos físicos, no primeiro trimestre de 2013. Ao permitir-se o deslizar consecutivo da empreitada para além do exercício de 2013, esta prestação de contas não reflete a totalidade dos custos deste investimento e atrasa o recebimento de eventuais participações. Sublinhe-se o “eventuais”, porque já receamos novas surpresas quanto é efetiva participação de vários dos componentes deste investimento.

Pelo menos uma parte já é conhecida. O atual executivo terá de liquidar o que resta desta empreitada e entre trabalhos a mais, erros e omissões e trabalhos a menos serão necessários cerca de 700 mil euros.

Em quarto lugar salientamos que quase metade do acréscimo em 71% da rubrica “transferências de capital”, são resultado dos encargos com a REGI. Empresa gerida pelo Partido Socialista e cuja gestão danosa levou á sua extinção e assunção das dividas por parte dos municípios, sendo que a imputação ao município de Alcácer são 328.644 euros.

Finalmente, referimos que a existência de disponibilidade financeira, só por si não é indicador do qual se possa deduzir uma melhor gestão. Poder-se-á até questionar quais as consequências resultantes da retenção de disponibilidades, na medida em que as mesmas não foram transformadas em investimento nem serviram para reduzir passivo introduzindo alguma liquidez no tecido empresarial local. Igualmente, o fato de o anterior executivo revelar o não recurso ao endividamento, isso pode revelar apenas eventuais limitações técnicas, uma vez que a não utilização do recurso ao crédito não é um bom ato de gestão, se esse for utilizado na forma de investimentos e medidas que implicam uma visão a longo prazo. O que concluímos é que em 8 anos da anterior gestão não foram desenvolvidos projetos que permitissem um retorno para o Município, ainda que os mesmos pudessem ter de recorrer ao crédito.

Com o voto favorável os deputados municipais da CDU, pretendem sublinhar que, em nosso entender, os documentos apresentados constituem um retrato fiel do ocorrido no Município de Alcácer do Sal durante o ano de 2013, como aliás é confirmado pelos Revisores Oficiais de contas, na respetiva certificação legal, e sustentado na recomendação de aprovação referida no parecer inerente.

O nosso voto favorável nada tem a ver, portanto com a gestão desastrosa do Partido Socialista no anterior mandato e que o documento em apreço põe a nu.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

Todos desejamos o melhor para este Concelho e o melhor só se pode conseguir quando forem criadas boas condições de partida. Doutra forma a chegada far-se-á mas não poderá deixar de refletir a pesada herança recebida.

Passando das palavras às ações, estamos certos de que esse percurso far-se-á na defesa dos superiores interesses deste Concelho e dos nossos munícipes.

Alcácer do Sal, 29 de Abril de 2014

Os Eleitos da CDU "

Os deputados do PS apresentaram também uma declaração de voto que foi lida pelo deputado Duarte Lynce de Faria.

"OT – PONTO N.º 3/G – PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

DECLARAÇÃO DE VOTO (vf)

Com esta declaração de voto pretende-se manifestar o mais profundo repúdio pelos termos utilizados no preâmbulo relativo à prestação de contas de 2013 e, igualmente, na declaração de voto dos eleitos da CDU na Câmara Municipal na respetiva reunião.

Uma vez mais, o preâmbulo não condiz com os documentos da prestação de contas – que, sublinhe-se – são documentos tecnicamente bem elaborados e apenas em poucos casos procedem a alguns qualificativos que deixam algumas dúvidas mas que não deslustram a sua solidez e a técnica apurada.

Reitera-se que a gestão municipal de 2013 correspondeu a 80% do Executivo Socialista e os respetivos documentos de prestação de contas demonstram, inequivocamente, uma gestão do Executivo Socialista nos últimos 10 meses do ano, séria, responsável, transparente, cumpridora, equilibrada, justa e nada despesista. Por isso, não se entende como é que a CDU pretende denegrir tais factos, proferindo qualificativos inapropriados e até ofensivos do trabalho do anterior Executivo, apelidando-o de "gestão danosa" perante esta Assembleia, perante a comunicação social e em reunião de Câmara, com tiradas vagas e sem qualquer demonstração cabal dessas acusações e desses dislates insultuosos.

Por requerimento verbal ditado para a ata, foi solicitada à Câmara Municipal que providenciasse todos os elementos julgados adequados em que fundamentava a citada e propalada "gestão danosa". Não tendo sido recebidos quaisquer dos elementos solicitados e dada a gravidade das acusações, se dúvidas ainda houvesse, os documentos ora em discussão não permitem fundamentar qualquer desrespeito a uma prática de boa gestão como, ao invés, a CDU pretende inculcar na cabeça dos mais incautos.

Realça-se, aliás, que fruto dessa política de boa gestão do Executivo Socialista, entretanto abandonada pelo novo Executivo sem justificação aparente, o município de Alcácer registava, a 31 de dezembro de 2013, uma disponibilidade financeira de € 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil euros), tendo reduzido, drasticamente, a dívida existente (cerca de 94,24% comparativamente a 2012), bem como a redução do prazo de pagamento a credores. Os fornecedores da Câmara sabem-no bem!

Pode, facilmente, constatar-se que a CDU tem dois critérios de julgamento perante situações idênticas: um quando está na oposição e critica o endividamento público e outro quando está no poder e, neste caso, não só contribui para o aumento do endividamento das autarquias por onde passa - como é o caso dos municípios de Setúbal, Barreiro, Sesimbra, Palmela e Santiago do Cacém - como, também, critica uma gestão clara e competente e, assim, se contradiz, nesta prestação de contas, apresentando um preâmbulo totalmente desconforme e irreal com as contas apresentadas e que se reforça – e se torna, ainda mais gritante e insultuoso - com a declaração de voto dos eleitos da CDU na Câmara Municipal.

Contrariamente ao que vinha sendo um hábito na gestão da CDU, o Executivo Socialista não recorreu a qualquer tipo de endividamento bancário nos seus 8 anos de governação, contrastando com a maioria dos municípios geridos pela CDU e, também, com a maioria dos municípios do nosso país.

Não se deve hipotecar o futuro dos alcacerenses e, também por isso, o Executivo Socialista reduziu a dívida contraída, exclusivamente, na gestão da CDU, não tendo optado por novos empréstimos e, nem por isso, se deixaram de fazer vultuosos investimentos que se refletiram em obra feita. Será uma “gestão danosa” reduzir a despesa corrente, convertendo essa poupança em despesa de capital, demonstrando uma gestão criteriosa, séria e não despesista, em contraciclo com outros municípios, que apresentam graves problemas financeiros e de tesouraria como o município de Gaia?

Sabendo que os documentos técnicos postos à disposição desta Assembleia refletem tudo isto, não se compreende a forma despudorada utilizada no preâmbulo e na declaração de votos dos eleitos da CDU na Câmara Municipal para denegrir e atacar a gestão do Executivo Socialista, parecendo que nem sequer foram tomados em conta aqueles documentos. Na verdade e na ausência dos elementos requeridos por esta bancada, o atual Executivo continua a propagandear situações que não correspondem à realidade dos factos.

Estranha-se, por isso, quando se refere, no preâmbulo, que existem “contas que não haviam sido contabilizadas e conseqüentemente desconhecidas do público”. Se porventura e na ausência de outros dados, se, com esta expressão, se quiserá referir a uma dívida contraída pelo atual Executivo relativa ao não pagamento de algumas faturas à empresa Águas do Alentejo – correspondendo a 335 mil euros (cf. doc. nº 29) – tal significa que o atual Executivo entendeu não proceder ao pagamento de nenhuma fatura das Águas do Alentejo, confirmado nos pareceres dos revisores oficiais de contas, pelo facto de não terem cabimento para a sua inclusão, o que teria sido facilmente resolvido com uma mera alteração orçamental como, aliás, tem sido prática no ano corrente por este Executivo Municipal e em número muito significativo.

Por isso, não corresponde à realidade que o Executivo Socialista tenha deixado uma dívida às Águas do Alentejo. Foi o novo Executivo que optou, mais uma vez por razões que se desconhecem, por deixar de cumprir atempadamente as obrigações contratuais com esta entidade. Não corresponde, portanto, à realidade a expressão “são dívidas a fornecedores e compromissos assumidos que não têm a correspondente dotação financeira”.

Prosseguindo na análise ao preâmbulo, quanto à questão da EMSUAS, já aqui abordada e contraditada na última Assembleia Municipal e que nunca é demais reiterar, para “memória futura”, conforme posições assumidas na Câmara e na Assembleia com os votos favoráveis dos então eleitos da CDU, procurou-se uma

solução para a EMSUAS que não implicasse o seu encerramento. Com a sua liquidação, a única verba suplementar a imputar respeita às indemnizações mas o total das transferências para a EMSUAS será, seguramente, menor e por isso não se trata de uma questão financeira mas de uma situação socialmente injusta para os trabalhadores.

Convém recordar que o próprio Tribunal de Contas, numa auditoria ao exercício de 2002 da EMSUAS, encontrou diversas insuficiências e desconformidades na sua atuação a que a gestão dos Executivos Socialistas procuraram limitar, designadamente, alterando os estatutos pois nunca a EMSUAS poderia ter como objeto a atividade de industrial de construção civil por não caber nas atribuições dos municípios.

Este relatório de auditoria do Tribunal de Contas (n.º 04/2005) e que é relativo ao exercício de 2002 (e que se junta em anexo a esta declaração), é bem elucidativo do estado em que os Executivos Socialistas encontraram a EMSUAS, sendo mencionadas diversas desconformidades, a páginas 6 a 9, como, por exemplo, a respeitante ao objeto da prestação da sua atividade a terceiros ou à atividade de industrial de construção civil, à nomeação e exoneração de órgãos sociais, à inexistência de instrumento jurídico adequado à criação de vínculos entre a autarquia e a empresa, ao não cumprimento do regime de empreitadas de obras públicas, à existência de trabalhadores da EMSUAS a prestarem serviço na Câmara, ao emprego de mais 62 trabalhadores do que o estudo de viabilidade económica (que previa a contratação de 48), à inexistência de um sistema de controlo interno e a um sério aviso sobre a dependência quase integral do cliente “Câmara Municipal” (cerca de 98%) “mais se configurando como um prolongamento do departamento de obras municipais e serviços urbanos do que com uma verdadeira empresa”. Conclui o relatório que “o objetivo que presidiu à sua criação não foi alcançado na medida em que se traduziu numa duplicação de estruturas com o conseqüente encargo para o erário público” e elencando diversas recomendações. Também este relatório se anexa para “memória futura”, de forma idêntica ao que é referido no mais recente Boletim Municipal, a páginas 7, caixa vermelha.

Na verdade, é uma rotunda falácia afirmar que o encerramento da empresa municipal representa um esforço financeiro para o Município. Na verdade, numa ótica de rigor, o encerramento da EMSUAS representa uma poupança. Representará sim um «esforço financeiro» para os trabalhadores e para as suas famílias. O Executivo Socialista optou por manter a EMSUAS, revelando coragem política, pois estava consciente da repercussão social que o encerramento da empresa representava e representa para os alcacerenses e tudo tentou para que tal fosse possível, como bem ficou demonstrado e provado na última sessão desta Assembleia. O novo Executivo escolheu o caminho mais fácil: encerrar, escondendo-se atrás do «cumprimento da lei», não tendo feito o mínimo esforço para manter a EMSUAS a funcionar, procurando reenquadrá-la, lutando pela sua existência, como se esperaria e, por essas insuficiências próprias, vem agora acusar o anterior Executivo Socialista de todas essas conseqüências ora assumidas.

Prossegue o preâmbulo e menciona, agora “uma obra por pagar e com soluções técnicas e arquitetónicas que têm de ser revistas e aumentarão os custos”. Se, uma vez mais, se é intenção do seu autor referir-se ao projeto RUAS, é evidente que ao pretender-se alterá-lo por decisão do atual Executivo – designadamente, com os pilares de proteção, com a mudança dos contentores do lixo ou com a pretensa reativação dos 2 sentidos na marginal – sem margem no projeto inicial, vai implicar sobrecustos na obra. Não corresponde,

igualmente, à realidade que a requalificação urbana do espaço público da margem norte do rio sado tenha ficado por pagar. Pelo contrário, foi o novo o Executivo que decidiu, por razões que se desconhecem, adiar o pagamento das faturas relativas a essa obra, bem como o atraso na aprovação dos trabalhos a mais. Refira-se, aliás, que o Município de Alcácer beneficiou de um bónus de boa execução financeira respeitante à obra do RUAS, situação não verificada noutros municípios, designadamente, do próprio litoral alentejano.

Finalmente, continua o preâmbulo com os famigerados ataques políticos da CDU sem qualquer prova ou fundamento nos documentos técnicos, afirmando que “herdámos uma Câmara que embora nos fosse mostrada como um exemplo de gestão financeira, também aqui se revela muito aquém do que seria expectável” ou “cenário que se nos afigura desolador onde a gestão financeira está, pela negativa, muito longe do que nos disseram que estava”. Nestes casos, valha-nos a justiça, já não se tratam de insultos grotescos mas antes de expressões que não têm qualquer correspondência nos documentos técnicos onde, uma vez mais, se fazem diversas referências a boa gestão do ano em que o saldo gerência para o ano de mais de um milhão e meio de euros, demonstra, inequivocamente, a boa gestão e o cumprimento da regra orçamental. E, contrariamente ao que foi verbalmente afirmado nesta Assembleia, no documento n.º 36 (compromissos), o encargo para 2014 é de cerca de € 600.000 (e não de € 3 milhões).

É fácil perceber através de tais documentos que o Executivo Socialista apostou numa política social nunca antes praticada em Alcácer, de proximidade às instituições e às associações do concelho de Alcácer, de apoio a estudantes e escolas; promoveu a requalificação urbana da cidade de Alcácer do Sal, entre outros projetos que falam por si nas demais localidades do nosso concelho. O preâmbulo do documento de Prestação de Contas, da forma como se encontra redigido, apenas pretende esconder esta realidade inequívoca da gestão do Executivo Socialista, seguramente difícil de igualar.

A linguagem utilizada no citado preâmbulo revela a insegurança e a incapacidade do novo Executivo, usando um instrumento próprio dos fracos: dizer mal dos outros para esconder as suas próprias limitações, fraquezas e incapacidades! O trabalho realizado pelo Executivo Socialista foi sempre em prol do desenvolvimento do concelho de Alcácer e de todos os alcacerenses, sem distinções clubísticas ou partidárias.

Assistiu-se a uma mudança tranquila em 2005 e nunca se pensou que, nos tempos de hoje, se jogariam arrivismos e calúnias na praça pública como sinónimo de apropriação integral pela CDU do passado, do presente e do futuro, com ataques e insultos ao Executivo Socialista que não têm em conta, minimamente, a realidade espelhada na atual prestação de contas e as diferentes ideias e políticas para o concelho e para os alcacerenses.

Haverá algo que terá sido bem feito pelos Executivos Socialistas? O omnipresente pendão negativo da CDU dirá que não! Muitos cidadãos dirão que sim! Dir-se-á, com humildade, que o Executivo Socialista fez muito por Alcácer mas ainda pouco e que se pode fazer muito mais face ao que os alcacerenses merecem!

Não é com arrogância e com despudor que se podem conduzir os interesses das populações e nem a vitória nas urnas – por mais expressiva que seja – implica que se prossiga numa propaganda de inverdades e de insultos que atingem, no mínimo, a dignidade de quem deu o melhor pela sua terra! Numa época de crise e uma vez respeitados os resultados eleitorais, o poder local democrático deve ser uma fonte de unidade de

identidade pelos interesses municipais. Na verdade, cumprir abril não é só falar e apropriar-se daquilo que é de todos. É, acima de tudo, praticar abril.

Infelizmente, não é este o caminho que tem sido seguido pela CDU neste mandato e que faz até esquecer as suas nobres tradições no concelho de Alcácer, carregada de mulheres e homens ímpolutos que deram o seu melhor como autarcas!

Nestes termos, concordando com os documentos técnicos da prestação de contas e que traduzem, na generalidade, a boa gestão do Executivo Socialista mas considerando que, muitas das expressões utilizadas no preâmbulo - que faz parte integrante dos documentos da prestação de contas de 2013 - estão desconformes à realidade e que correspondem a acusações políticas gratuitas e graves sem qualquer sustentação visível, fundamenta-se, com esta declaração, o voto de abstenção, neste ponto da ordem de trabalhos.”

h) Análise e votação da proposta referente ao Património Inicial. Regularizações.

O Presidente da Assembleia, informou que foi distribuída uma nota de correção à proposta que foi presente à reunião de Câmara de 17 de abril de 2014.

Como não houve intervenções o Presidente da Assembleia, colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

l) Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimentos concursais de recrutamento de pessoal.

A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

Intervenções:

O deputado Duarte Lynce de Faria disse que a bancada do PS, na última Assembleia Municipal, decidiu votar favoravelmente este ponto, na perspetiva de dar todas as possibilidades ao executivo para que efetivamente se resolva o problema da EMSUAS e que por isso vão manter a coerência, votando favoravelmente. Acrescentou que, do ponto de vista externo, só a votação por unanimidade, ajudará o executivo a resolver esta questão. Manifestou total abertura dos deputados do PS para ajudar o executivo na resolução desta questão.

A deputada Luzia Carvalho, salientou a forma cuidada e com o máximo respeito pelos trabalhadores e pelos postos de trabalho, com que este assunto tem sido tratado por parte de todos os elementos do executivo, o que, também, foi reconhecido pelos próprios trabalhadores,

que entenderam a situação, porque a mesma lhes foi comunicada com verdade, frontalidade e com o máximo respeito.

O Presidente da Câmara referiu que este é um processo muito complexo e que o ponto de partida do executivo permanente, têm sido as pessoas, as suas famílias e a defesa e salvaguarda dos postos de trabalho. Acrescentou, que não pode deixar de mencionar o bom censo que tem havido na condução deste processo e em particular destacou o papel de várias pessoas, que tem tido um papel extraordinário, do ponto de vista técnico, técnico-financeiro, jurídico, de recursos humanos, de pessoas que estão a dar o máximo de si próprios para uma boa condução deste processo, nomeadamente o papel da vereadora Ana Luísa Soares, presidente do conselho de administração e do vereador Manuel Vítor, vice-presidente do conselho de administração, que o conduziram com muito bom senso, coragem e diálogo permanente com os trabalhadores da Câmara e da EMSUAS.

O deputado Duarte Lynce de Faria disse que, os deputados do PS, solidarizam-se com o trabalho feito pelo executivo, particularmente dos vereadores que o presidente mencionou, tanto mais que o trabalho é difícil e que dentro dessa perspetiva, dir-se-ia que neste momento, também pertencem à equipa do presidente e se solidarizam com o trabalho que está a ser feito.

O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

i) Análise e votação da proposta referente ao pedido de isenção de pagamento de IMI – Sociedade 1.º de Janeiro Torranense.

A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

O Presidente da Assembleia, não havendo intervenções, colocou a proposta a votação.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

O Presidente da Assembleia, propôs que as propostas seguintes fossem discutidas e votadas em conjunto.

Todos os deputados concordaram com a proposta.

O Presidente da Assembleia colocou as propostas a discussão.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

O Presidente da Câmara referiu que com o novo diploma legal existiam algumas mudanças, salientando que tinha deixado de existir a figura de Protocolo, sendo criado um -Acordo de Execução-. A Câmara Municipal de Alcácer do Sal, deliberou manter os Protocolos existentes, colocando-se, no entanto a necessidade de os transformar em acordos inter-administrativos de delegação de competências, acrescentando ainda que o valor para as freguesias referente ao ano de 2014 iria manter-se.

- k) **Análise e votação da proposta referente à manutenção dos protocolos existentes-União das Freguesias de Alcácer do Sal.**
- l) **Análise e votação da proposta referente à manutenção dos protocolos existentes-Freguesia da Comporta.**
- m) **Análise e votação da proposta referente à manutenção dos protocolos existentes-Freguesia do Torrão.**
- n) **Análise e votação da proposta referente à manutenção dos protocolos existentes-Freguesia de S. Martinho.**

Intervenções:

O deputado Arlindo José Passos, referiu que era contra a proposta, uma vez que no protocolo estava designado União de Freguesias de Alcácer do Sal e não referia Santa Susana.

O Presidente da Assembleia colocou as propostas a votação.

Deliberação: Aprovadas, por unanimidade.

As propostas relativas aos assuntos em título, que aqui se dão como reproduzidas e transcritas, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO _____

Interveio o Sr. Hélder Moutinho, cumprimentou os presentes e referiu que o Sr. Presidente da Câmara tinha dito, que mantinha todos os subsídios com as instituições, mas no caso do Torrão essa situação não estava a ser feita, nomeadamente, na Santa Casa da Misericórdia do Torrão, acrescentado que tinha sido falado na passada reunião de câmara, que a Santa Casa da

Misericórdia do Torrão tinha um acordo com a Segurança Social, mas outras instituições também tinham e ainda assim, tiveram apoio por parte do município pelo que pediu explicações ao Presidente da Câmara.

Outra situação, que o mesmo colocou, foi a de que Varredora que estava afeta ao Torrão, tinha ido para reparação há cerca de dois meses e queria saber qual o ponto da situação.

Relativamente à operação de limpeza e conservação efetuada no Torrão, pensa que foi bem feito, mas questionou o porquê de ter sido feita a um sábado.

O Presidente da Assembleia, informou que iria intervir neste período, referindo a Caminhada realizada a favor dos Bombeiros de Alcácer, iniciativa promovida pela União de Freguesias de Alcácer do Sal e de Santa Susana, e agradeceu publicamente a todos os que contribuíram com apoio logístico, nomeadamente, do município e também das restantes freguesias do concelho. Informou que tinham tido 361 inscrições, tendo a mesma culminado num almoço convívio que teve lugar no Parque de Viaturas do Novo Quartel, onde os participantes tiveram oportunidade de visitar as novas instalações e assistir, na parada, a um exercício levado a cabo pelos bombeiros. Informou ainda que o resultado, em termos financeiros, tinha sido mais de mil e quinhentos euros.

O Presidente da Câmara, referiu que não tinha mais nada a adicionar, sobre aquilo que tinha sido falado na reunião de câmara, relativamente à questão colocada pelo Sr. Hélder Moutinho quanto ao assunto da Santa Casa da Misericórdia do Torrão onde o mesmo esteve presente.

A Vereadora Ana Luísa Soares, informou o Sr. Hélder Moutinho, que a Varredora que estava afeta à equipa do Torrão, tinha sido enviada para uma empresa especializada, para a sua reparação. Relativamente à operação de limpeza, referiu que a operação tinha sido uma situação excecional.

O Sr. Hélder Moutinho, referiu que relativamente à operação de limpeza tinha havido custos acrescidos. Referiu que se sentia indignado por o Presidente da Câmara não tratar as instituições do concelho da mesma forma.

O Presidente da Assembleia referiu que o Sr. Hélder Moutinho não podia fazer o papel de deputado, intervindo sempre que quisesse.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

A Vereadora Ana Luísa Soares, informou que quando se olha para factos, pode-se avaliar de diversas formas, salientando que existiram custos adicionais, mas o município tinha que gerir os seus recursos, não olhando apenas aos custos.

Referiu que a população do Torrão valorizou bastante e enalteceu esta iniciativa.

APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES _____

Foi lida a minuta da ata, pelo 1º secretário da mesa, a fim das deliberações nela integrantes, produzirem efeitos imediatos.

Colocada à votação foi aprovada, por unanimidade.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO _____

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão, pelas duas horas do dia 30 de abril do ano dois mil e catorze. Eu, Dina do Carmo Prego Semião Sardo e Nuno Manuel Carvalho, assistentes técnicos, redigimos a presente ata, que assinamos com o presidente da Assembleia Municipal.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

OS ASSISTENTES TÉCNICOS



Aprovada p/
unanimidade

29/04/14 JMB

Moção

Após as comemorações do 40.º aniversário da revolução de Abril, comemoram-se no próximo dia 1 de Maio os 128 anos do dia internacional do trabalhador em consequência da luta dos trabalhadores de Chicago.

Em Portugal, aliado a implementação da democracia, o 1.º de Maio projectou a acção do povo e dos trabalhadores com o objectivo de levar a cabo profundas transformações sociais e políticas, que se traduziram em importantes avanços civilizacionais em domínios como da protecção social na doença e desemprego, na velhice, no direito ao horário de trabalho ou à organização sindical nas empresas, de entre outros.

A pretexto do Programa de Assistência Económica e Financeira, comemora-se o 1.º de Maio numa profunda crise económica e social, fruto das políticas levadas a cabo pelo actual governo. No mundo do trabalho, o desemprego crescente, o contínuo aumento da precariedade, a degradação da qualidade do emprego, a liquidação dos direitos laborais e sociais, a flexibilização e o aumento dos horários de trabalho, a desvalorização e liquidação da contratação colectiva, a desvalorização do valor dos salários e das reformas com o aumento da enorme carga fiscal sobre a maioria dos trabalhadores, acentuando as desigualdades sociais e fenómeno da pobreza e da exclusão social, são disso exemplo. Consequências que se alargam à liquidação do direito à saúde com a crescente degradação dos serviços públicos de saúde; à deterioração do sistema de protecção social, ao direito a uma reforma digna e à protecção no desemprego e a todos os domínios da nossa vida colectiva.

Ontem como hoje, urge comemorar mas também lutar com veemência contra estas políticas, pela defesa da dignidade da pessoa e do trabalhador e do valioso património civilizacional construído em liberdade e democracia.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida a 29/04/2014, delibera:

- Felicitar/ Saudar as comemorações do dia internacional do trabalhador, em particular as levadas a cabo na área geográfica do município;
- Apelar à participação de todos os trabalhadores, autarcas, movimento associativo e à população em geral nas mais diversas iniciativas de comemoração do 1.º de Maio, denunciando e exigindo simultaneamente uma ruptura com as políticas levadas a cabo.

Alcácer do Sal, 29 de Abril de 2014

Os eleitos da CDU

311 v. 100
100

Moção

*Aprovada por
comuniidade.
29/24/14 JMB.*

Exigência de Obras de Beneficiação do IC 1/N 120

Considerando a importância que as infra-estruturas rodoviárias possuem para um país, um concelho, ou para uma localidade, dado que são fundamentais para o seu desenvolvimento económico e social.

Considerando que o município de Alcácer do Sal se situa num ponto geograficamente estratégico, sendo um dos maiores concelhos do País e do Alentejo Litoral em termos de área, integrado numa sub-região que comunica, funcionalmente, com a Área Metropolitana de Lisboa, com o Alentejo Central e com o Baixo Alentejo, bem como com o Algarve; com proximidade de zonas industriais, como o Polo Económico e Industrial de Sines; Também, como corredor de ligação entre Norte e Sul. Ou, ainda, como eixo de ligação do litoral ao interior alentejano, prolongando-se até à estremadura espanhola.

Considerando o aumento exponencial de tráfego que actualmente circula, pelo IC1, com maior relevância, para a EN 120 que liga Alcácer do Sal a Grândola, é assinalável, especialmente de pesados para o Algarve e para os portos de Sines e Setúbal, colocando-a como uma das vias mais movimentadas do nosso concelho, sendo, este incremento, uma das causas que potencia, entre outras, a citar: a acção dos agentes atmosféricos (chuva, gelo, vento, radiação solar, etc., que mesmo sem tráfego, promovem a ruína da superfície do pavimento rodoviário, mas também, do comportamento estrutural do mesmo e da sua resistência ao processo de deterioração.

Considerando que a visível e crescente degradação se estende a todo o troço referenciado, constituindo-se este estado uma realidade preocupante para os munícipes/utentes e para os autarcas dos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola mas, também, para todos os outros utentes que a utilizam com maior ou menor frequência, onde todos, enfrentam um elevado risco de acidentes de viação, colocando em risco a segurança de pessoas e bens.



Considerando a escassa manutenção de que esta estrada tem sido alvo, não sendo mais do que sujeita a "remendos" pontuais.

Por tudo o que foi narrado, os deputados eleitos da CDU, na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, consideram ser imprescindível deliberar as seguintes propostas:

- ✓ Apoiar e divulgar a Petição Publica online: "*Arranjo urgente da estrada nacional 120 (Alcácer-Grândola)*"
[http://www.peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT71959;](http://www.peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT71959)
- ✓ Incentivar e apelar à mobilização e participação dos munícipes e autarcas dos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola para esta exigência, promovendo a recolha de assinaturas necessárias para a discussão na Assembleia da Republica e apoiando quaisquer ações de protesto que sejam encetadas com vista ao início imediato de obras de manutenção da via rodoviária;
- ✓ Enviar esta Moção para:
 - Ministério das Obras Publicas exigindo uma intervenção imediata para a resolução desta situação;
 - Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da Republica;
 - E.P. - Estradas de Portugal;
 - Associação Nacional de Municípios Portugueses;
 - Câmara Municipal de Grândola;
 - CIMAL.

Alcácer do Sal, 29 de Abril de 2014

Os eleitos da CDU



Moção

Pela reposição das freguesias

O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a lei nº 11-A/2013, insere-se num objectivo mais amplo de liquidação do Poder Local Democrático, conquista do 25 de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa.

O processo que o Governo apelidou de “reorganização administrativa territorial autárquica” significa a continuação de um projecto de encerramento de serviços públicos e de afastamento das populações dos seus órgãos autárquicos. Em muitas situações, depois do encerramento de diversos serviços, a Junta de Freguesia corresponde ao último serviço público existente.

Nas últimas eleições autárquicas quase todas as forças políticas apresentaram às populações programas nos quais estava inscrito o objectivo de continuar a luta contra a agregação/extinção das respectivas freguesias, que obtiveram o apoio massivo da população.

Muitas autarquias, mesmo depois de agregadas, continuam a manter em funcionamento as sedes das Juntas correspondentes às antigas freguesias, a manter o serviço de proximidade e a defender as características e a identidade de cada uma das freguesias.

À posição convicta, que os autarcas de freguesia e as populações sempre demonstraram contra a agregação/extinção das freguesias somam-se agora na prática os problemas e as contradições já identificados no processo de agregação, o que vem comprovar a justeza das posições assumidas.

Mas este objectivo de destruição do poder local não se ficará pelas freguesias. O chamado “guião da reforma do estado” já avança com a agregação de municípios e, ao contrário do que muitas vezes é repetido, assiste-se a um processo de centralização, em entidades inter-municipais, de um conjunto de competências municipais, de grande importância para as populações, visando o seu esvaziamento e enfraquecimento.

Os autarcas, designadamente das Freguesias, que não desistiram nem desistem da luta pela “devolução” das freguesias extintas, estão a defender as populações e as freguesias, impedido a concretização deste projecto politico de destruição do Poder Local Democrático.

Assim, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em 29/04/2014, delibera:

1. Reafirmar a exigência de devolução das freguesias liquidadas, conforme a vontade das populações;
2. Manifestar a sua oposição ao projecto de destruição do Poder Local Democrático, exigindo que no respeito pela Constituição da República Portuguesa, a autonomia administrativa e financeira do poder local seja respeitada.

Alcácer do Sal, 29 de Abril de 2014

Os Eleitos da CDU



5
Aprovada p/
unanimidade
29/04/14 MR.

MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL (Sessão de 29 de abril de 2014)

MOÇÃO

PELA LIBERDADE, PELA DEMOCRACIA, PELO 25 DE ABRIL e PELO 1.º DE MAIO!

Se há um dia que representa, na nossa história coletiva, a força de um povo, esse dia é o 25 de abril de 1974. Passam já 40 anos, mas a coragem de um grupo de militares e a vontade de mudança de um povo não estão ainda esquecidas. Nem poderiam estar!

Nesse dia, Portugal abriu caminho para a Democracia, já anteriormente tentada noutros períodos da nossa história, mas nunca antes verdadeiramente concretizada. Nesse dia, Portugal abriu caminho para a concretização do Serviço Nacional de Saúde.

Nesse dia, Portugal pôde começar a fazer do voto livre e universal uma afirmação de Liberdade. Nesse dia, Portugal pôde começar a construção de uma sociedade em que o acesso à educação pública passou a ser um dos pilares fundamentais da Igualdade.

Nesse dia, Portugal pôde também iniciar a construção de um ideal de Estado Social, em que todos os cidadãos vissem assegurados um conjunto de garantias de bem-estar social, em nome da Fraternidade. Muitas outras áreas poderiam ser referidas, mas o mais importante, à laia de resumo, é que podemos afirmar, sem qualquer sombra de dúvida, que a denominada “Revolução dos Cravos” é uma conquista de Portugal e dos Portugueses que nunca será demais assinalar e enaltecer.

Importa, isso sim, enaltecer uma vez mais todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização do 25 de abril de 1974: militares, civis, democratas, antifascistas, todos aqueles que entenderam que era chegada a altura de dizer “basta!” a uma ditadura que corroía a dignidade, a determinação e o orgulho de Portugal e dos Portugueses.

Mas não há “Abril” sem “Maio”, não há liberdade nem democracia sem o respeito integral dos direitos dos trabalhadores ou como diz o poeta e cantor “só há liberdade a sério quando houver a paz, o pão, a habitação, a saúde e a educação”. E o 1.º de Maio é que melhor traduz a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e a luta pela igualdade de oportunidades na sociedade. As ditaduras têm horror ao 1.º de Maio, espezinham-no porque vêm nos trabalhadores uma ameaça e não a própria sociedade civil e os cidadãos donde emerge a democracia real.

Não deve haver, também, protocolos que impeçam que os capitães de abril possam falar na “Casa da Democracia” pois a verdadeira homenagem deve ser viva e livre mesmo que incómoda para o Poder e desafiadora dos seus objetivos.

As políticas do atual Governo, da maioria PPD-PSD e CDS-PP, estão a colocar em causa muitas das conquistas de abril e de maio. Não é hoje possível celebrarem-se estas datas sem se exigir, mais do que nunca, a defesa da segurança social, das reformas, dos salários, da escola pública e do serviço nacional de saúde pois só haverá uma verdadeira democracia quando houver uma verdadeira justiça social.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão ordinária evoca hoje a memória de todas estas mulheres e homens que tornaram possível que hoje vivamos num clima de liberdade e que lutaram, durante a ditadura, para que os direitos dos trabalhadores nunca fossem esquecidos, mesmo com o sacrifício da sua própria vida.

A enviar: Ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, à Associação de Municípios do Litoral Alentejano, à Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, à comunicação social.



Aprovada por unanimidade.

29/04/14

JM

MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL (Sessão de 29 de abril de 2014)

MOÇÃO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA!

A FENPROF publicitou um abaixo-assinado que se reproduz e que constitui uma versão consciente e operativa em defesa da Escola Pública ideia que, tantas e tantas vezes, já foi subscrita pelo município de Alcácer do Sal. Por isso e independentemente da posição de cada cidadão, entendemos que é o momento dos órgãos do poder local democrático tomarem posição concordante, reforçando os objetivos dos seus subscritores. É o seguinte o “apelo” que é feito pela FENPROF:

“A Lei de Bases do Sistema Educativo consagra que “compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população” (n.º 1 do artigo 37.º). Este preceito legal obedece ao imperativo constitucional que estabelece que “O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população” (n.º 1 do artigo 75.º).

Devido às políticas antissociais de austeridade que têm vindo a ser desenvolvidas e se refletiram nos cortes orçamentais que, em 2012 e 2013, foram impostos à Educação, a Escola Pública viu fragilizarem-se algumas das suas respostas educativas e sociais, fruto, também, da redução de diversos recursos que são essenciais à sua boa organização e ao seu funcionamento.

Os novos cortes previstos no Orçamento do Estado 2014, que terão um impacto fortíssimo na educação e ciência públicas (educação pré-escolar, ensinamentos básico, secundário e superior e também na investigação), a par do que se prevê no designado “guião para a reforma do Estado” confirmam que a qualidade da Escola Pública, em Portugal, corre sérios riscos de entrar em colapso e ser desmantelada.

Neste guião, afirma-se que o objetivo é mudar o modelo e não cumprir metas, exclui-se a Educação das designadas funções essenciais do Estado e esclarece-se que “Reformar o Estado é continuar a privatizar”.

Com base nestes princípios e objetivos, no que à Educação diz respeito, este guião aponta para um caminho de completa desresponsabilização do Estado ou, no mínimo, do poder central. Nesse sentido, são referidas diversas estratégias que vão desde a concessão de escolas até à criação de um novo ciclo de contratos de associação com o setor privado e, pela primeira vez, é explicitamente assumida a aplicação do chamado “cheque-ensino”.

Face a esta situação de desvalorização da Educação Pública em que, com clareza, se antevê um percurso de desmantelamento da Escola Pública de qualidade, os subscritores deste documento consideram de elevada importância que, num contexto de grande convergência e unidade social e política, em 2014, ano em que se assinalam os 40 anos do 25 de Abril, tenha lugar uma grande iniciativa de âmbito nacional em defesa da Escola Pública promovida por organizações representativas de profissionais da Educação, pais e encarregados de educação, estudantes, autarquias, instituições e estabelecimentos de ensino, associações científicas e profissionais, movimento sindical e movimentos sociais”.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão ordinária solidariza-se e apoia este apelo da FENPROF em defesa da Escola Pública e relembra os alunos, professores, pessoal não docente e todas as comunidades educativas que, cada vez com maiores dificuldades, vão defendendo a Escola Pública como um bem de todos, não privatizável, não descartável e, enfim, com uma ligação intrínseca aos valores da democracia, da liberdade, da cidadania e de “abril”, uma das portas que “abriu”!.

A enviar: Ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Educação e Ciência, a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, à Associação de Municípios do Litoral Alentejano, à Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, à Federação Nacional de Professores, à comunicação social.

Handwritten scribbles and illegible marks in the top left corner.

A small handwritten mark or signature in the bottom left corner.



Aprovada por unanimidade
29/04/14 *MMZ.*

MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
(Sessão de 29 de abril de 2014)

MOÇÃO

PELA DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS)

Num tempo em que predomina a miséria e a insegurança em largos setores da sociedade é fundamental que as estratégias globais de saúde tenham como prioridade a implementação de políticas que diminuam as desigualdades, minimizando as diferenças sociais e regionais. A opção por um modelo de SNS é hoje reconhecida como a melhor forma de garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade. O SNS tem sido um fator de coesão nacional e um avanço civilizacional.

O Governo publicou uma portaria (n.º 82/2014, de 10 de abril), que constitui um violento ataque ao SNS e ao direito constitucional à saúde, visando o dismantelamento da rede hospitalar pública. A Portaria n.º 82/2014, que no essencial reclassifica os hospitais de acordo com o seu grau de diferenciação, um logro, pois nada tem a ver com a reforma hospitalar, essencial e há muito exigida por imperativos funcionais, ou mesmo com a reforma orgânica do SNS. Trata-se tão-somente do equivalente a uma espécie de carta hospitalar, mas neste caso visando um quadro minimalista de unidades hospitalares.

O SNS é um todo que deve ter coerência e não entendemos como se podem tomar medidas avulsas, pontuais, casuísticas, inorgânicas, desconexas, descontextualizadas e de carácter administrativo, sem qualquer estratégia de sustentabilidade, negam qualquer perspectiva de reforma e de articulação entre os vários níveis de prestação de cuidados de saúde.

Com esta Portaria, o governo tem em vista, uma vez mais, o encerramento arbitrário de serviços hospitalares, nomeadamente o encerramento da maioria das maternidades do país, a diminuição acentuada da capacidade de resposta global do SNS, a criação de condições incontornáveis para uma rápida expansão das entidades privadas, sobretudo por via do recurso aos subsistemas de saúde, e dar mais um passo, desta vez decisivo, para uma acelerada desertificação de vastas zonas do interior do país.

Além do encerramento de múltiplas maternidades, o Governo pretende eliminar, no imediato, especialidades médicas dos hospitais públicos (endocrinologia e estomatologia), encerrar o Instituto Oftalmológico Gama Pinto, em Lisboa, e ainda eliminar os serviços de cirurgia cardiotorácica no Hospital de Gaia e do Hospital de Santa Cruz, ao mesmo tempo que mantem vultuosos contratos com entidades privadas nesta área.

Com esta Portaria, grande parte das maternidades do nosso país vão ser encerradas. Os hospitais do chamado Grupo I só irão dispor de ginecologia e a obstetrícia só existirá nos hospitais do chamado Grupo II. Assim, irão desaparecer até 31/12/2015 e na área do Alentejo e no distrito de Setúbal as valências respetivas da Unidade Local de Saúde Norte Alentejo (Portalegre), da Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo (Beja), da Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (Santiago do Cacém), do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo e do Centro Hospitalar de Setúbal.

A declaração emitida recentemente pelo Ministério da Saúde em que garantia que não iria encerrar qualquer maternidade assume uma enorme gravidade porque assenta na mais despudorada mentira. O conteúdo da portaria é muito claro sobre esta e outras matérias.

A Portaria é clara e, como tal, é fácil constatar que vastas regiões do nosso país irão ficar sem qualquer maternidade e que as parturientes terão de se deslocar centenas de quilómetros. É um atentado à vida e à segurança de muitos recém-nascidos e respetivas mães.

Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão ordinária, delibera o seguinte:

1. Afirmar a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos, melhorando o acesso aos cuidados de saúde e lutando contra todas as tentativas camufladas de o querer dismantelar.
2. Afirmar a necessidade de reformar o SNS e continuamente introduzir melhorias na sua organização de modo a prestar cuidados de saúde de qualidade.
3. Exigir a imediata revogação da Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril.
4. Exigir que se pare, de imediato e definitivamente, a ação de destruição social encetada pelo Governo.
5. Afirmar a necessidade de se efetuar uma verdadeira reforma hospitalar de uma forma racional, participada e transparente, sobretudo, no que respeita à gestão, à melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo uma lógica de cobertura em redes de referência, e não apenas o encerramento de camas e serviços.
6. Exigir que a reforma hospitalar e a reforma do SNS sejam feitas ouvindo as Autarquias, que estão sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem.
7. Manifestar a sua total confiança e agradecimento a todos quantos, com o seu esforço, têm conseguido manter níveis de atendimento com qualidade e segurança, vencendo as dificuldades impostas pelos cortes salariais, ultrapassando com ânimo e criatividade os cortes orçamentais e ajudando a vencer o desalento e o cansaço dos utentes que resulta das maiores dificuldades de acesso ao SNS em virtude de uma política nacional de transportes que dificulta e diminui o acesso aos serviços.
8. Reafirmar a autonomia e insubstituível papel do Poder Local democrático no serviço público de qualidade às populações e no desenvolvimento de Portugal.

A enviar: Ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Saúde, ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, à Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., à Associação de Municípios do Litoral Alentejano, à Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, à comunicação social.